

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1271247 - MG
(2018/0075981-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : SEAUTO LTDA
EMBARGANTE : NIVALDO DE ALMEIDA RIBEIRO
EMBARGANTE : MARCIA SCURATO PATRAO RIBEIRO
EMBARGANTE : LOURIVAL DE ALMEIDA RIBEIRO - ESPÓLIO
REPR. POR : EDUARDO MARTINS RIBEIRO
ADVOGADOS : MÁRIO ALVES RIBEIRO - MG007666
DIMAS ANDRÉ RIBEIRO - MG009935
ALDO COSTA MENDES - MG125594
EMBARGADO : HELI TEODORO ASSUNCAO
ADVOGADO : FABIANO CAMPOS GONCALVES - MG080299

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator